

Contribuições do materialismo histórico-dialético para o estudo da extensão universitária

Contributions of historical-dialectical materialism to the study of university extension

Contribuciones del materialismo histórico-dialéctico para el estudio de la extensión universitaria

Recebido: 15/11/2021 | Revisado: 20/11/2021 | Aceito: 10/12/2021 | Publicado: 17/12/2021

Luciana dos Santos Machado Balduino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5718-6019>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil

E-mail: luciana.balduino@ifgoiano.edu.br

Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4452-0801>

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

E-mail: mcristinadm@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo apresentamos brevemente a dialética como possibilidade de explicação interpretação do real. O materialismo histórico-dialético foi o caminho metodológico/teórico por nós percorrido, objetivamos apreender os diferentes conceitos sobre a extensão universitária vivenciados em uma sociedade contraditória e desigual. Trata-se de um estudo bibliográfico. Os resultados alcançados revelam que a extensão no Brasil, ao longo de sua história apresenta momentos distintos: o primeiro momento corresponde ao conhecimento técnico, por meio de cursos direcionados às camadas populares, nos quais foram influenciados pelas universidades populares europeias. No segundo momento, inspirado no modelo norte americano, temos uma extensão voltada para a prestação de serviços ao agricultor, na forma de assistência técnica, na área de agricultura e pecuária. Esse modelo de práticas extensionistas obedeceu aos interesses do capital, centrado sob o discurso dos grupos hegemônicos, pregavam que essas ações tinham como propósito o desenvolvimento do país. E no terceiro momento, temos o Forproex sendo uma referência nacional que buscou discutir sobre o conceito, diretrizes, princípios e objetivos da extensão.

Palavras-chave: Dialética; Materialismo histórico-dialético; Extensão universitária.

Abstract

In this article we briefly present dialectics as a possibility of explanation and interpretation of reality. The historical-dialectical materialism was the methodological/theoretical path we followed, aiming to apprehend the different concepts about university extension experienced in a contradictory and unequal society. This is a bibliographical study. The results achieved reveal that the extension in Brazil, throughout its history, presents distinct moments: the first moment corresponds to technical knowledge, through courses directed to the popular classes, which were influenced by European popular universities. In the second moment, inspired by the North American model, we have an extension aimed at providing services to farmers, in the form of technical assistance, in the area of agriculture and livestock. This model of extensionist practices followed the interests of the capital, centered under the discourse of the hegemonic groups, preaching that these actions had the purpose of developing the country. And in the third moment, we have the Forproex being a national reference that has aimed to discuss the concept, guidelines, principles and objectives of the extension.

Keywords: Dialectics; Historical-dialectical materialism; University extension.

Resumen

En este artículo presentamos brevemente la dialéctica como posibilidad de explicación e interpretación de la realidad. El materialismo histórico-dialéctico fue el camino metodológico/teórico que seguimos, con el objetivo de aprehender las diferentes concepciones sobre la extensión universitaria vivida en una sociedad contradictoria y desigual. Se trata de un estudio bibliográfico. Los resultados obtenidos revelan que la extensión en Brasil, a lo largo de su historia presenta diferentes momentos: el primer momento corresponde al conocimiento técnico, a través de cursos dirigidos a las clases populares, que fueron influenciados por las universidades populares europeas. En un segundo momento, inspirado en el modelo norteamericano, tenemos una extensión destinada a prestar servicios a los agricultores en forma de asistencia técnica en el ámbito de la agricultura y la ganadería. Este modelo de prácticas extensionistas obedecía a los intereses del capital, centrados bajo el discurso de los grupos hegemónicos, predicando que estas acciones estaban destinadas al desarrollo del país. Y en el tercer momento, tenemos el Forproex siendo una referencia nacional que buscaba discutir el concepto, las directrices, los principios y los objetivos de la extensión.

Palabras clave: Dialéctica; Materialismo histórico-dialéctico; Extensión universitaria.

1. Introdução

A construção do presente artigo se insere nos estudos da disciplina intitulada Seminário II, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade de Goiás, PUC/GO. Objetivamos apresentar no limite de um artigo os diferentes conceitos sobre a extensão universitária, a partir das contribuições do materialismo histórico-dialético, enquanto método e teoria social, na explicação da realidade contraditória de uma sociedade capitalista e desigual.

A extensão faz parte do tripé ensino, pesquisa e extensão, os quais estruturam os pilares da educação superior e devem ser indissociáveis. A indissociabilidade foi uma conquista expressiva, advinda de muita persistência de diferentes movimentos sociais, que serviram como referência pela mudança do papel da extensão.

No Brasil, a extensão teve sua origem nas primeiras décadas do século XX. No decorrer da sua trajetória é marcada historicamente por contradições, seja ela pelo caráter assistencialista ou pelo papel formativo fragmentado.

Para apreensão da realidade sócio-histórica da extensão, não podemos apenas descrever os fatos, os acontecimentos, é preciso apreender o real, a essência, o todo (singular e o universal), compreender a constituição social do sujeito enquanto ser político, que constrói sua historicidade, nas relações sociais.

2. Metodologia

Essa investigação resulta de uma pesquisa em nível de doutorado, em andamento, que almeja investigar os diferentes conceitos sobre a extensão universitária, objeto de estudo desta pesquisa.

Trata-se de um estudo bibliográfico fundamentado na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Para Gil (2002, p. 45), a pesquisa bibliográfica “utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”.

A pesquisa encontra aporte teórico nos estudos e reflexões de autores que discutem a dialética e o materialismo histórico-dialético, como Gadotti (1989), Hegel (1992; 1995); Konder (1990; 2010; 2011), Marx (1968; 2008; 2013), Netto (2009). Quanto aos autores que retratam a história da extensão universitária no Brasil e no mundo, encontra suporte em Gurguel (1986), Geraldo (2015), Nogueira (2001; 2005), Pinotti (2020), dentre outros.

3. Resultados e Discussão

3.1 Um olhar sobre a dialética

À luz do materialismo histórico-dialético, primeiramente vamos compreender a dialética, que parte do movimento, da mudança, e possibilita compreender a realidade do objeto na sua historicidade.

No livro “O que é dialética”, o autor Leandro Konder (1990) cita que a dialética teve suas origens na Grécia Antiga e era entendida como a arte do diálogo e da discussão. Segundo o autor, a dialética historicamente não possui um significado único. Ela teve grande influência em diversos períodos da filosofia ocidental, podendo ser encontrada na antiguidade nos escritos do filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso (aprox. 540-480 a.C) e passado pelos filósofos iluministas franceses Denis Diderot (1713-1784) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778), também sendo encontrada nos escritos dos filósofos contemporâneos, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883).

Como ponto de partida deste estudo retomamos o conceito de dialética, a partir dos escritos dos filósofos Hegel e Marx. Não pretendemos aqui contemplar a complexidade do método dialético, mas usá-lo para refletirmos a dialética no plano das ideias e no plano da matéria.

É importante ressaltarmos que a concepção da dialética na época moderna não é a mesma da Grécia antiga. Na acepção moderna a dialética significa “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (Konder, 1990, p. 8). Nesse sentido, a dialética

pode ser entendida como o modo de pensar e compreender a realidade que está em constante movimento, mudança e transformação.

Para Hegel o ponto de partida da dialética encontra-se na ideia, desse modo argumenta:

[...] a consciência-de-si não é toda a realidade somente para si, mas também em si: porque se torna essa realidade, ou antes, porque se demonstra como tal. Assim se demonstra através do caminho, no curso do qual o ser-outro, como em si, desvanece para a consciência: primeiro, no movimento dialético do ‘visar’, do perceber e do entendimento. Demonstra-se depois, no movimento através da independência da consciência, na dominação e escravidão; através do pensamento da liberdade [estoicismo], da libertação céptica e da luta de libertação absoluta da consciência cindida em si mesma; movimento em que o ser Outro desvanece para a consciência enquanto é somente para ela (Hegel, 1992, p. 153-154).

Para Hegel, a consciência enquanto o ato de reconhecimento de si mesma é um movimento reflexivo, que implica interações entre as consciências de si e para si, realizando, portanto, na dialética hegeliana, um processo histórico.

Na Enciclopédia das Ciências Filosóficas, Hegel expõe o processo lógico-dialético,

A lógica tem, segundo a forma, três lados: o lado abstrato ou do entendimento; o lado dialético ou negativamente-racional; o especulativo ou positivamente racional. Esses três lados não constituem três partes da Lógica, mas são momentos do todo [e qualquer] lógico-real, isto é, de todo conceito ou de todo verdadeiro geral. Eles podem ser postos juntamente sob o primeiro momento - o do entendimento - e por isso ser mantidos separados uns dos outros; mas, desse modo, não são considerados em sua verdade (Hegel, 1995, §79).

Hegel nos apresenta a dialética em três momentos inter-relacionados: o lado abstrato ou do entendimento (tese), o lado dialético ou negativamente-racional (antítese) e o especulativo ou positivamente racional (síntese).

Para o autor, o primeiro momento denominado tese (afirmação) é a proposição que será modificada nesse processo de oposição e surgirá um novo. O segundo momento corresponde a antítese (negação) está contida na própria tese que é, por isso, contraditória. O terceiro momento é a síntese (conciliação) existente na síntese é provisória na medida em que ela se própria se transforma num novo conceito (tese). Para Hegel esses três momentos não fazem parte da lógica, mas do todo, da totalidade. Por isso, Hegel afirmou: “A verdade é o todo” (Hegel, 1992, p. 31).

Nessa visão, a realidade é um contínuo devir, vir-a-ser, onde um momento prepara o outro, mas para o outro surgir, o primeiro momento tem que ser negado, e assim sucessivamente. Esse é o processo dialético da realidade. O movimento da história é marcado por superações dialéticas, em todas as grandes mudanças há uma negação, mas ao mesmo tempo uma preservação (e uma elevação a nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes.

A dialética de Hegel tinha como elemento principal a ideia, portanto, fechava-se no mundo do espírito. Segundo Konder (2010, p. 51), Hegel sustentava que “[...] se todas as coisas e todos os seres são diferentes, singulares, é porque eles existem em movimento, transformando-se em algo que ainda não são e entrando em colisão com o outro”.

Ainda nos dizeres de Konder (2010, p. 52), Marx aprende com Hegel que “[...] nas coisas essenciais, nas contradições decisivas, o conhecimento nunca era ‘neutro’ ou meramente ‘pragmático.’”, pois os sujeitos fazem história “[...] ao se esforçarem para alcançar seus objetivos particulares, ao se empenharem em satisfazer seus desejos pessoais ou os anseios de sua classe ou de seu grupo”.

Marx (1968, p. 17), no “posfácio” à segunda edição de O Capital, reconhece a importância da dialética hegeliana por “[...] ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente”. É relevante considerar que Marx não revela somente o reconhecimento à dialética hegeliana, mas tece críticas aos equívocos dessa dialética, como por exemplo, em relação ao trabalho abstrato do espírito. Marx também polemiza, a economia política clássica e as doutrinas do socialismo utópico.

No “prefácio” à segunda edição de *O Capital*, ao explicitar o método dialético, Marx mostra que, embora suas ideias derivem de Hegel, o método dialético, “em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto” (Marx, 2013, p. 90). Marx como materialista estuda, questiona e reconfigura a dialética Hegeliana, colocando-a na terra, na matéria, na natureza e no próprio homem.

Nessa perspectiva, para o pensamento marxista o caminho epistemológico não era apenas uma ampla e sistemática reflexão do real, mas uma reinterpretação da dialética de Hegel. Marx almejava encontrar um caminho que fundamentasse o conhecimento para a interpretação, compreensão e transformação da realidade histórica e social.

De acordo com Marx, o mundo é dinâmico, os homens, suas relações, se movimentam e são contraditórias, assim, precisam ser desvendadas para que possamos explicar o real. Marx, tratando-se, portanto, de revolucionar, o método dialético de Hegel, ele chega na matéria, conseqüentemente no materialismo “esse materialismo é diferente daquele dos cientistas naturais. Ele é histórico” (Harvey, 2013, p. 140), é essencialmente, o método materialismo histórico-dialético.

O método, materialismo histórico-dialético é instrumento que respalda a investigação científica que prima em conhecer e interpretar a realidade histórica, social, política, econômica, que são complexas, dinâmicas, conflituosas e contraditórias, e que estão em constantes movimentos e transformações.

Assim, no próximo subitem trazemos de forma breve o nosso objeto de pesquisa, a extensão universitária, inserida em uma realidade histórica.

3.2 A extensão universitária: primeiros apontamentos

A extensão na constituição do processo histórico apresenta uma série de avanços e retrocessos. Para conhecermos os diferentes conceitos de extensão, é necessário pensarmos que o conhecimento deve ser sempre totalizante.

Recorrendo aos estudos de Marx, vimos que o autor interroga se o objeto estudado deveria começar pelo real e pelo concreto. Sabe-se que Marx tomou por estudo a sociedade europeia capitalista do século XIX. O que mais concretamente representaria essa sociedade de fato, perguntou Marx, seria a população? Por que a população? Qual o sentido desse concreto?

Nas palavras de Marx,

Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (Marx, 2008, p. 257-258).

Nos dizeres de Marx (2008) não é pela população que a investigação deveria começar, mas pelas determinações mais simples, constitutivas e fundadoras dessa totalidade.

A totalidade é a relação das partes, ou seja, é a capacidade de síntese, por isso, Marx diz:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o

verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 2008, p. 259-260).

Ainda sobre a totalidade Marx afirma:

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque [...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele [...] (Marx, 2008, p. 259-260).

A totalidade não pode ser entendida como a simples soma das partes que a constituem, pois as partes possuem no conjunto características que não possuiriam se estivessem fora do conjunto, razão pela qual, ao falarmos de uma parte, não podemos desvinculá-la do todo que a caracteriza. A abrangência de uma totalidade depende dos objetivos concretos em cada situação, havendo para cada questão um nível diferente de totalização.

Segundo Konder, ao pensarmos em totalidade lidamos também com as mediações e contradições,

O pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade [...] Quem achar que já “sacou” intuitivamente o todo não precisará examinar cuidadosamente as partes. Mas também não terá uma compreensão clara das conexões e conflitos internos e ficará com uma totalidade um tanto nebulosa (Konder, 2011, p. 44).

É a partir das mediações que se pode avaliar a importância de cada elemento que compõe o todo. De acordo com Gadotti (1989, p. 61), “somente através da análise das mediações, da compreensão dos vários processos a que um objeto, ou uma pessoa, é submetido, é que se pode avaliar corretamente todo seu significado”.

Segundo Netto, a contradição é fundamental para a totalidade.

Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las; também cabe à pesquisa descobri-las. (Netto, 2009, p. 684).

Pressupõe-se que pensar dialeticamente seja pensar por mediações, contradições e que ao separar as diferentes esferas da realidade tem-se um empobrecimento da percepção do real por perder-se a totalidade. A totalidade não é uma forma fragmentada do real. Mas, totalidade é levar em conta todos os aspectos da realidade que compõem um determinado universo, suas contradições e seus conflitos e suas transformações.

Portanto, lembramos os dizeres de Konder (2011, p. 35), “Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral”.

Neste sentido, a partir dos ensinamentos de Marx, interrogamos: qual a melhor forma de estudar a extensão? Seria pela compreensão conceitual, pelos programas existentes, ou ainda pela forma como a extensão se constituiu enquanto tripé do Ensino Superior? Se a parte contém o todo, e se para analisar a totalidade devemos levar em conta todos os aspectos da

realidade que a compõem em um determinado universo, com suas contradições, entendemos ser importante começar a compreender a extensão, por meio do seu percurso histórico no Brasil.

Por isso, a partir de agora faremos uma breve retomada sobre a extensão universitária no Brasil, pois o nosso objeto de pesquisa a extensão, ao longo de sua trajetória passa por diferentes concepções.

A partir dos anos de 1980, a extensão é pensada como um pilar que se articula com o ensino e a pesquisa. Mas, na sua historicidade por um longo tempo foi desvinculada do ensino e da pesquisa, sendo reconhecida apenas pela concepção assistencialista.

As primeiras manifestações sobre a extensão surgem na Inglaterra.

Universidade de Cambridge foi, provavelmente, a primeira a criar um programa formal de cursos de extensão, em 1871; em seguida, surgem na Universidade de Oxford atividades voltadas para os bolsões de pobreza. Em pouco tempo, a prática da extensão se espalhou por outras universidades europeias. Nos Estados Unidos registraram-se experiências bem-sucedidas nas Universidades de Chicago, em 1892, e de Wisconsin, em 1903. Mas, de grande impacto nacional, foram atividades realizadas pelos Land Grant College que, em parceria com órgãos do Governo Federal, levavam assistência aos agricultores (Nogueira, 2005, p. 32).

Os modelos das ações extensionistas que vieram das universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos, serviram de influência para a extensão no Brasil. Os primeiros registros sobre as ações de extensão no Brasil, deu-se por meio de cursos e conferências, que ocorreram em 1911, na Universidade Livre de São Paulo que era considerada equivalente às Universidades Populares da Europa. Embora oficialmente esta Universidade tenha sido criada em 1934, pelo Decreto nº 6.283/34.

De acordo com os estudos de Gurgel (1986, p. 35), “os cursos de extensão desenvolvidos pela Universidade de São Paulo eram desvinculados da realidade acadêmica, na maioria das vezes [...]” não despertaram qualquer interesse das populações de modo geral”. Isto invoca a pensarmos, que a Universidade de São Paulo atuava de forma isolada nas suas ações de extensão, e não ouvia as diferentes demandas da sociedade. Com isso, temos uma contradição, pois a universidade desconsiderava a comunidade como sujeito da ação extensionista. E conseqüentemente, não contribuía com resolução dos conflitos do cotidiano social.

A partir de 1920, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e Escola Superior Agrícola de Lavras, em Minas Gerais, destinava as práticas extensionistas para prestação de serviços ao agricultor. Neste momento, a prática extensionista brasileira tinha sua característica baseada no modelo norte americano, que era marcada pela assessoria e assistência técnica aos agricultores do meio rural, embora as práticas agrícolas brasileiras fossem distantes da técnica e tecnologias.

Quando voltamos olhar para a extensão universitária no âmbito constitucional, vimos que a primeira referência a extensão, pode ser encontrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, sancionada pelo Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. No Decreto a definição do conceito de extensão, distanciava-se do Movimento de Córdoba¹, e aproximava cada vez mais da concepção norte-americana. Trata-se de uma ação extensionista que se limitou ao papel assistencialista, entretanto pouco avançou no sentido da integração entre universidade e sociedade, com maior participação da sociedade organizada.

Na década de 1960, inspirados pelo Movimento de Córdoba, que teve sua origem no ano de 1918, os estudantes argentinos apresentavam “uma proposta de universidade que enfatizava a importância de se manter uma relação intrínseca entre a universidade e a sociedade” (Castro, 2004, p. 22).

Gurgel estudioso da extensão, evidencia a importância deste Movimento, uma vez que:

¹ Movimento de Córdoba realizado em 1918, no qual os estudantes argentinos pediam aproximação entre universidade e sociedade através da extensão.

[...] pleiteava a gratuidade do ensino; a periodicidade da cátedra; a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas; uma melhor qualificação dos docentes; um processo democrático de ingresso do estudante na universidade e uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação regional. A extensão universitária, no documento de Córdoba, é vista como objetivadora do “fortalecimento da universidade, pela maior preocupação com os problemas nacionais”. A extensão propicia, portanto, uma projeção do trabalho social da Universidade ao meio e sua inserção em uma dimensão mais ampla (Gurgel, 1986, p. 36).

No Brasil, o Movimento de Córdoba serviu como referência, ainda que tardiamente, para a proposta de Reforma Universitária brasileira, apresentada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que pretendia ter uma universidade democrática e conseqüentemente repensar o papel da extensão universitária.

Entretanto, com a chegada do regime militar no poder em 1964, o Estado passa a ser controlado, e com a área educacional não foi diferente. As propostas da UNE foram dissolvidas no tempo. “O prédio da UNE foi incendiado, seus documentos foram destruídos, as lideranças passaram a ser perseguidas e a instituição passou a atuar na clandestinidade” (Geraldo, 2015, p. 57).

No período militar, surgem ações governamentais, tivemos em 1966, a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. Ambos pretendiam ser desenvolvidos pelas universidades federais, por meio da extensão, em âmbito nacional (Nogueira, 2001, p. 64).

Jezine (2006, p.153) pontua críticas ao CRUTAC e RONDON, estes “não passaram de políticas demagógicas do governo pós-64”, apresentadas para o problema da pobreza.

Na década de 1980, temos debates e reflexões contribuíram para fortalecer a extensão universitária,

Foi realizado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições (Forproex, 1987, p. 11).

É realizado na Universidade de Brasília, o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, à ocasião foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), que trouxe força institucional e política para a definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior, a partir dos principais anseios de conceituação e institucionalização da extensão. Esses fatores contribuíram na busca de perspectivas extensionistas que diferem do assistencialismo.

O Forproex apresentou o conceito para a extensão universitária sendo,

Um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: 1) a produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria-prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que fornece a visão integrada do social (Forproex, 1987, p. 21).

A apresentação da proposta do conceito de extensão pelos Pró-reitores foi criticada por Botomé (1996), em relação a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O autor argumenta que a extensão não pode ser tomada como uma função separada do ensino e da pesquisa, mas uma dimensão destes.

Outro fator das discussões do Forproex (1987) foi a questão do financiamento, a criação de fundo especial para captar recursos junto a agências de fomento para projetos de extensão, e a necessidade de reestabelecimento do sistema de bolsas de

extensão do MEC nos mesmos moldes das bolsas de iniciação científica e de monitoria para valorização e desenvolvimento das práticas existentes ou a existir.

Estudo realizado por Pinotti (2020) que trata especificamente sobre o financiamento à extensão revela que:

[...] o fato da extensão ocupar o último lugar em uma ordem de importância e prioridade nas Universidades, se explica porque, a pesquisa normalmente encontra mais facilmente financiamento, e o ensino, pela sua especificidade de objetivo primeiro de uma Instituição com essa finalidade (Pinotti, 2020, p.11).

A autora nos chama a atenção em seus estudos para a contradição, uma vez que embora a extensão ocorrendo em instituições públicas, por vezes é cobrada. Vejamos:

Faz sentido pensar que se o projeto de extensão é proveniente de instituição pública, logo, ele será financiado com recursos públicos, o que supõe que ele também seja oferecido à comunidade de forma gratuita, do contrário, ele não condiz com os postulados de extensão institucionais. [...] Entretanto, também está previsto que a extensão seja financiada por parcerias com a iniciativa privada, e também que a Instituição cobre pelo serviço prestado (Pinotti, 2020, p.7-8).

A Constituição de 1988, que traz no art. 207, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio para o Ensino Superior, prevê que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (Brasil, 1988, art. 213, §2^a). A própria legislação percebe a importância dos recursos para a existência da extensão, no entanto não define claramente esta participação, “poder receber” não é a mesma coisa que “deve receber”.

Concordamos com Bicca, Marques & Carvalho (2021) quando tratam da importância do tripé: ensino, pesquisa e extensão:

Tal tripé, em sua disposição tal qual é posta, colocando a extensão ao final, pode, inclusive, remeter a uma reflexão fática sobre uma relação de hierarquia e importância dada a cada faceta do trio dentro das academias. Historicamente, em face do ensino e da pesquisa, à extensão foi atribuído um papel secundário. Essa é uma realidade que deve ser modificada, ao passo que a visão academicista sobre o tripé deve ser horizontal e não vertical. Isso porque a extensão, igualmente ao ensino e à pesquisa, é primordial (Bicca, Marques & Carvalho, 2021, p.3).

Com base no Plano Nacional de Extensão, em 2009, surge a proposta da Política Nacional de Extensão Universitária, fruto de discussão no âmbito do Forproex e das Universidades Públicas, sendo aprovada e publicada em 2012. O documento apresenta um histórico da mudança conceitual da extensão universitária,

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012, p. 15).

Esse novo conceito sobre a extensão universitária aborda o marco legal exposto na Constituição de 1988, o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, no qual se configura de modo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, e promove uma interação que transforma a Universidade, mas também transforma os setores sociais.

Recentemente, tivemos a publicação da Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, a qual define conceitos, diretrizes e princípios para a extensão em todo o sistema de Educação Superior. Entretanto, apesar desses avanços, que a extensão vivenciou ao longo da sua consolidação, ainda existe um grande desafio a curricularização, prevista no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), Lei nº 13.005/2014, que

estabelece a todas as instituições de ensino superior a garantia de o mínimo de 10% do currículo em atividades de extensão até 2021.

4. Considerações Finais

Neste estudo vimos de que forma o materialismo histórico-dialético pode contribuir para explicar a extensão no Ensino Superior brasileiro, inserida nas políticas educacionais brasileiras, entretanto permeada por contradições e diferentes concepções no seu percurso histórico.

Percebemos que a extensão no Brasil, ao longo de sua história apresenta momentos distintos: o primeiro momento corresponde ao conhecimento técnico, por meio de cursos direcionados às camadas populares, nos quais foram influenciados pelas universidades populares europeias.

No segundo momento, inspirado no modelo norte americano, temos uma extensão voltada para a prestação de serviços ao agricultor, na forma de assistência técnica, na área de agricultura e pecuária. Esse modelo de práticas extensionistas obedeceu aos interesses do capital, centrado sob o discurso dos grupos hegemônicos, pregavam que essas ações tinham como propósito o desenvolvimento do país.

E no terceiro momento, temos o Forproex sendo uma referência nacional que buscou discutir sobre o conceito, diretrizes, princípios e objetivos da extensão. Nessa perspectiva, a extensão luta por programas de fomento, maior visibilidade dentro das universidades, legitimação como função acadêmica, estímulo à criação de programas internos de bolsas para essa modalidade de atividade e veiculação de suas experiências, por meio de eventos e publicações.

No percurso histórico da extensão universitária tivemos significativos avanços, sejam na sua institucionalização ou nas suas diretrizes. Entretanto, há desafios inerentes a extensão que precisam ser superados, por isso, para trabalhos futuros entendemos como necessários estudos sobre a curricularização da extensão, financiamento para ações extensionistas, articulação da extensão com o ensino e pesquisa nas diferentes instituições de educação superior no Brasil, como proposta integradora para a indissociabilidade.

Referências

Brasil. (1988). Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id518231/cf88_Livro_EC91_2016.pdf

Brasil. (2014). Presidência da República. *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>

Brasil. (1931). Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. *Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-republicacao-139891-pe.html>

Brasil. (1934). *Decreto-lei nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934*. Aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras. <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-no-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>

Brasil. (2018). Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

Bicca, B. V. M., Marques L. F. S., & Carvalho, C. M. R. G. (2021). A extensão universitária como política pública nas desigualdades sociais e as contribuições do programa de educação tutorial na comunidade. *Research, Society and Development*, 10 (9), 1-10.

Botomé, S. P. (1996). Pesquisa alienada e ensino alienante: *O equívoco da extensão universitária*. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos.

- Castro, L. M. C. (2004). A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores – *Ainda existem utopias realistas*. [Tese Doutorado em Saúde Coletiva] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=398613&indexSearch=ID>.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987). *I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras*. <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-EncontroNacional-do-FORPROEX.pdf>.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2012). *Plano Nacional de Extensão Universitária: versão final*. <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.
- Gadotti, M. (1989). *Marx: transformar o mundo*. Ed. FTD.
- Geraldo, R. (2015). *A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais*. [Tese Doutorado em Educação]. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7VPFX>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). Atlas.
- Gurgel, R. M. (1986). Extensão universitária: *Comunicação ou domesticação?* Cortez.
- Harvey, D. (2013). *Para entender o capital*. São Paulo: Boitempo.
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses (2a ed.) Vozes.
- Hegel, G. W. F. (1995). *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Trad. Paulo Meneses. Parte I: Loyola.
- Konder, L. (1990). *O que é dialética*. Brasiliense.
- Konder, L. (2010). *Em torno de Marx*. Boitempo.
- Konder, L. (2011). *O que é dialética*. (6a ed.). Brasiliense.
- Jezine, E. M. (2006). *A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária*. UFPB.
- Marx, K. (1968). Pós-fácio da segunda edição. *O Capital: crítica da economia política*, (pp.8-17). Civilização Brasileira.
- Marx, K. (2013). O Capital: crítica da economia política. Livro I. *O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular.
- Netto, J. P. (2009). Introdução ao método da teoria social. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais* (pp. 667- 700) UNB: Editora: CFESS e ABEPSS.
- Nogueira, M. D. P. (2001). Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: Faria, D. S. (Org.), *Construção conceitual da extensão na América Latina* (pp. 57-84). UnB.
- Nogueira, M. D. P. (2005). *Políticas de extensão universitária brasileira*. UFMG.
- Pinotti, C. (2020). Extensão universitária: cenário e financiamento. *Research, Society and Development*, 9 (5), 1-13.